

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Gestão de Recursos Humanos .....	CSE CSC, CE, I, ME, H ou D	Semestral ....	150	TP(40) + OT(4)	6	(a)
Disciplina Opção .....		Semestral ....	150		6	(d)

## 5.º semestre

## QUADRO N.º 5

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Casos de Estratégia em Gestão e Negócios .....	CE	Semestral ....	750	TP (20) + OT (100)	30	(c)

## 6.º semestre

## QUADRO N.º 6

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Estágio .....	CE	Semestral ....	750	E (650)	30	(a)

(a) Alterações das horas de contacto

(b) Unidade Curricular que era de opção e passou a obrigatória

(c) Unidade Curricular nova

(d) Unidade Curricular de opção a escolher de entre um elenco de unidades fixado anualmente pelo órgão legal e estatutariamente competente

208239015

## FUNDAÇÃO D. LUÍS I, F. P.

## Anúncio n.º 280/2014

A Fundação D. Luís I, F. P., com vista a dar por cumpridos todos os procedimentos referidos no artigo 60.º da Lei-Quadro das Fundações (LQF), aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, solicita a publicação no *Diário da República* dos estatutos da referida fundação.

## Estatutos da Fundação D. Luís I

Aprovados em reunião da Assembleia Municipal de 27/11/2013

## CAPÍTULO I

## Disposições Gerais

## Artigo Primeiro

## Instituição e Natureza

A Fundação D. Luís I, F. P., é uma pessoa coletiva de direito privado, declarada de utilidade pública, que se rege pela Lei-Quadro das Fundações, pelas demais normas legais aplicáveis e pelos presentes Estatutos.

## Artigo Segundo

## Duração e Sede

1 — A Fundação dura por tempo indeterminado, tendo a sua sede no Concelho de Cascais, no Centro Cultural de Cascais, Av. Rei Humberto de Itália, 2750-800 Cascais.

2 — Por deliberação do Conselho Diretivo, a Fundação poderá criar diferentes formas de representação onde for entendido conveniente para a prossecução dos seus fins.

## Artigo Terceiro

## Fins e Atividades

1 — A Fundação tem por fim criar, desenvolver, acolher, divulgar e acessibilizar a cultura no Concelho de Cascais.

2 — A Fundação realizará as atividades que os seus órgãos considerem mais adequadas à prossecução dos seus fins, designadamente:

a) Promover programas plurianuais de atividades culturais de sua iniciativa, sob proposta de interessados ou em cooperação com outras instituições e empresas;

b) Promover a animação, realização e estudo das artes;

c) Investigar, valorizar e cooperar na reabilitação do património cultural edificado, sobretudo no Concelho de Cascais;

d) Manter espaços de encontro e de desenvolvimento cultural bem como realizar encontros, colóquios e congressos;

e) Construir e gerir equipamentos coletivos de índole cultural;

f) Fomentar a educação e a formação cultural;

g) Criar eventos culturais e prestar serviços especializados de organização e gestão de espaços.

## CAPÍTULO II

## Regime Patrimonial e Financeiro

## Artigo Quarto

## Património

Constitui património da Fundação:

a) O fundo inicial próprio no valor da contribuição de todos os fundadores;

b) As doações, heranças, legados e subsídios que lhe sejam atribuídos;

c) Os bens adquiridos para o seu funcionamento e instalação e os rendimentos provenientes dos investimentos dos seus próprios bens;

d) As receitas provenientes dos protocolos a celebrar com instituições ou entidades e decorrentes das respetivas prestações de serviços;

e) As receitas dos serviços que venha a prestar e das iniciativas que empreender, bem como o produto dos bens que alienar ou ceder.

#### Artigo Quinto

##### Autonomia Financeira

A Fundação goza de total autonomia financeira e, no exercício da sua atividade, observados os requisitos legais, a Fundação pode:

a) Adquirir, alienar ou onerar, a qualquer título, bens móveis ou imóveis, desde que não lhe tenham sido doados pela Câmara Municipal de Cascais;

b) Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados, dependendo a respetiva aceitação, no caso de estarem sujeitos a qualquer condição ou encargo, da compatibilidade destes com os fins da Fundação;

c) Negociar e contrair empréstimos e conceder garantias;

d) Ceder, receber e gerir espaços de natureza cultural, social ou filantrópica.

### CAPÍTULO III

#### Organização e Funcionamento

##### Artigo Sexto

##### Órgãos da Fundação

São órgãos da Fundação o Conselho Diretivo, o Conselho da Fundação e o Fiscal único.

##### Artigo Sétimo

##### Conselho Diretivo

1 — O Conselho Diretivo é composto por um Presidente e dois vogais, todos designados pela Câmara Municipal de Cascais.

2 — O Presidente do Conselho Diretivo, que pode ser o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, é nomeado de entre personalidades de reconhecido mérito e ação relevante no Município de Cascais.

3 — O Conselho designa, de entre os seus membros, o Diretor Delegado, no qual será delegada a gestão corrente da Fundação.

4 — O mandato dos membros do Conselho Diretivo tem a duração de cinco anos, sendo renovável uma vez por igual período.

5 — Os membros do Conselho Diretivo não podem ser providos nos mesmos cargos antes de decorridos cinco anos sobre o termo dos dois mandatos possíveis.

6 — O Conselho Diretivo reúne uma vez por semana e extraordinariamente sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros.

7 — Nas votações não há abstenções, mas podem ser proferidas declarações de voto.

8 — A ata das reuniões deve ser aprovada e assinada por todos os membros presentes, mas os membros discordantes do teor da ata podem nela exarar as respetivas declarações de voto.

##### Artigo Oitavo

##### Competência do Conselho Diretivo

1 — Ao Conselho Diretivo compete a representação da Fundação e, em geral, a realização dos seus fins e a gestão do seu património, sendo as suas competências as decorrentes da lei:

a) Dirigir a respetiva atividade;

b) Elaborar os planos anuais e plurianuais de atividades e assegurar a respetiva execução;

c) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;

d) Elaborar o relatório de atividades;

e) Elaborar o balanço social, nos termos da lei aplicável;

f) Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal;

g) Praticar atos respeitantes ao pessoal, previstos na lei e nos estatutos;

h) Aprovar os projetos dos regulamentos previstos nos estatutos e os que sejam necessários ao desempenho das atribuições da Fundação;

i) Praticar os demais atos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;

j) Elaborar pareceres, estudos e informações que lhe sejam solicitados pelo Município de Cascais;

k) Constituir mandatários da Fundação, em juízo e fora dele, incluindo com o poder de substabelecer;

l) Designar um secretário a quem cabe certificar os atos e deliberações;

m) Elaborar o orçamento anual e assegurar a respetiva execução;

n) Arrecadar e gerir as receitas e autorizar as despesas;

o) Elaborar a conta de gerência;

p) Gerir o património;

q) Aceitar doações, heranças ou legados;

r) Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes;

s) Exercer os demais poderes previstos nos estatutos e que não estejam atribuídos a outro órgão.

2 — Compete, em especial, ao Presidente do Conselho Diretivo:

a) Presidir às reuniões, orientar os seus trabalhos e assegurar o cumprimento das respetivas deliberações;

b) Assegurar as relações com o Município de Cascais e com os demais organismos públicos;

c) Solicitar pareceres ao Fiscal único e ao Conselho da Fundação;

d) Exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho Diretivo.

3 — Compete, em especial, ao Diretor Delegado:

a) Exercer as competências delegadas pelo Conselho Diretivo;

b) Dirigir a atividade corrente da Fundação;

c) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;

d) Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal, praticando todos os atos previstos na lei e nos estatutos;

e) Praticar os demais atos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;

f) Programar todas as atividades desenvolvidas nos equipamentos sob gestão da Fundação.

##### Artigo Nono

##### Conselho da Fundação

1 — O Conselho da Fundação é composto, além de um representante designado por cada grupo da lista da Assembleia Municipal de Cascais com representação na Câmara Municipal, pelos fundadores e por instituições e empresas que desejem promover atividades culturais, sociais ou filantrópicas e, ainda, por individualidades de reconhecido mérito e competência cultural, científica, técnica e empresarial.

2 — O Conselho da Fundação é presidido, por inerência, pelo Presidente da Assembleia Municipal de Cascais.

3 — Os membros do Conselho da Fundação são propostos pelo Conselho Diretivo ou pelo Conselho da Fundação e são admitidos por decisão maioritária deste.

4 — A participação mínima de cada membro do Conselho no substrato patrimonial da Fundação é fixada anualmente pelo Conselho Diretivo.

5 — A participação dos membros individuais do Conselho da Fundação e dos membros representantes dos grupos da lista da Assembleia Municipal de Cascais com representação na Câmara Municipal é facultativa.

6 — Cada membro do Conselho da Fundação tem tantos votos quantas as unidades que couberem no produto da divisão do valor da respetiva contribuição pelo montante referido no n.º 4 deste mesmo artigo, não podendo exceder 30 % da totalidade dos votos, exceto os membros referidos no n.º 5 deste artigo, os quais têm um voto cada um.

7 — O Conselho da Fundação reunirá semestralmente e, ainda, sempre que um terço dos seus membros o solicite ao Presidente.

8 — As deliberações ou recomendações do Conselho da Fundação são tomadas por maioria simples dos votos validamente expressos, tendo o Presidente voto de qualidade.

##### Artigo Décimo

##### Competências do Conselho da Fundação

Compete ao Conselho da Fundação:

a) Preservar os princípios inspiradores da Fundação;

b) Apresentar sugestões e fazer recomendações relativamente às atividades da Fundação, bem como sobre o Plano de Atividades e Orçamento e sobre os regulamentos internos;

c) Pronunciar-se sobre questões específicas que lhe sejam submetidas pelo Conselho Diretivo, designadamente quanto à alteração de estatutos e modificação e extinção da Fundação;

d) Isentar ou reduzir, se for caso disso, a comparticipação referida no n.º 4 do artigo nono, no caso de instituições que exerçam atividades sem fins lucrativos, sem que, por isso, haja perda de direito de voto.

#### Artigo Décimo Primeiro

##### Vinculação da Fundação

A Fundação obriga-se:

- a) Pela assinatura do Presidente do Conselho Diretivo;
- b) Pela assinatura de dois diretores;
- c) Pela assinatura de um diretor no exercício de poderes que nele tenham sido delegados por deliberação do Conselho Diretivo;
- d) Pela assinatura do Diretor Delegado nos atos de gestão corrente da Fundação;
- e) Pela assinatura de um mandatário, nos termos do respetivo mandato.

#### Artigo Décimo Segundo

##### Fiscal único

O Fiscal único, designado nos termos da lei, tem as competências nela fixadas.

## CAPÍTULO IV

### Disposições Finais e Transitórias

#### Artigo Décimo Terceiro

##### Alterações, transformação e extinção

1 — A alteração dos presentes Estatutos e a transformação ou extinção da Fundação só podem ser deliberados pelo Conselho Diretivo, após parecer favorável do Conselho da Fundação, por maioria de três quartos dos votos validamente expressos.

2 — Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação do Conselho Diretivo, após parecer favorável do Conselho da Fundação, for julgado mais conveniente para a prossecução dos fins para que esta foi instituída, revertendo obrigatoriamente para o Município de Cascais os bens por este doados à Fundação.

#### Artigo Décimo Quarto

##### Remunerações

Os titulares dos órgãos da Fundação, à exceção do Diretor Delegado e do Fiscal único, não são remunerados.

27 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Salvato Teles de Menezes*.

308245585



## PARTE J1

### UNIVERSIDADE DE LISBOA

#### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

##### Aviso (extrato) n.º 13161/2014

##### Procedimento concursal para recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de despacho autorizador do presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa), faz-se público que o ISCSP pretende abrir, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio na bolsa de emprego público, procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de coordenador da Área de Comunicação, Imagem e Conhecimento do ISCSP da ULisboa.

2 — Tipo de procedimento: o presente aviso reveste a forma de procedimento para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2.º grau.

3 — Local de trabalho — nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa).

4 — Conteúdo funcional — coordenação da Área de Comunicação, Imagem e Conhecimento, com as competências genéricas previstas no artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, bem como nos Estatutos do ISCSP, homologados pelo despacho reitoral n.º 12254/2013, de 6 de setembro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro de 2013, alterados pelo despacho reitoral n.º 13390/2014, de 24 de outubro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 4 de novembro de 2014.

5 — Remuneração e condições de trabalho: previstas condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os dirigentes e contratados em funções públicas.

6 — Duração: pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 já citada.

7 — Requisitos legais de provimento — podem candidatar-se a este procedimento de seleção os trabalhadores dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam, até ao final do prazo para apresentação das candidaturas, os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

8 — Habilitação literária: licenciatura em Ciências da Comunicação ou em Comunicação Social.

9 — Perfil exigido: domínio das matérias relativas ao âmbito de atuação a concurso, com elevado grau técnico, conhecimento da realidade jurídica, administrativa, organizacional e funcional de instituições de ensino superior público; conhecimento técnico dos instrumentos e ferramentas informáticos respeitantes ao campo de ação do concurso; capacidade de dinamização, modernização e implementação de boas práticas; capacidade de liderança e dinamização de equipa; sentido de responsabilidade; capacidade de análise e de prestar informação de suporte à decisão; experiência profissional comprovada em instituições de ensino superior, na atividade para a qual é aberto o concurso; experiência em planeamento estratégico para o desenvolvimento da imagem corporativa, relações públicas e assessoria mediática, pesquisa, recolha e tratamento de conteúdos para suporte físicos e digitais e investimento publicitário; experiência em desenvolvimento de projetos em contexto digital para comunicação e promoção de instituições de ensino superior públicas; experiência de apoio à gestão da imagem institucional e às estratégias de comunicação de instituições de ensino superior públicas; sólidos conhecimentos em termos de legislação no âmbito da comunicação e imagem; conhecimentos comprovados ao nível de intervenção técnica em plataformas digitais, nomeadamente programação, *design* e estruturas de navegação.

10 — Métodos de seleção:

a) Avaliação curricular, que visa avaliar a adequação das competências expressas pelo candidato no *curriculum vitae*, ações de formação apresentadas e outros documentos que façam prova da experiência profissional de cada candidato, relativamente às exigências do cargo, que é de caráter eliminatório;

b) Entrevista pública, que visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício do cargo.

10.1 — A seleção é feita por escolha, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

